

Comissão de Defesa Nacional
Req 9_3CDN_XVII (CH)
Entrada: 03-02-2026
Discussão e votação a: 11-02-2026
Resultado: Aprovado
Contra: N/A
Favor: PSD; CH, PS, CDS-PP
Abstenção: L
Ausência: IL



Exmo. Senhor
Presidente da Comissão de Defesa
Nacional
Deputado Pedro Pessanha

ASSUNTO: Requerimento para Audição Urgente do Sr. Ministro da Defesa Nacional

Exmo. Senhor Presidente,

Na passada semana, durante a noite de quarta-feira e a madrugada seguinte, Portugal foi fustigado pela depressão Kristin, que provocou danos materiais de enorme gravidade na região Centro, designadamente nos distritos de Leiria, Coimbra e Santarém. Os prejuízos verificados nas infraestruturas públicas e privadas, nas habitações, nas redes de abastecimento de água e energia elétrica, bem como na floresta e no setor empresarial, assumiram uma dimensão sem precedentes nas últimas décadas.

Decorridos vários dias desde a catástrofe, persistem situações dramáticas que afetam milhares de cidadãos. Segundo os últimos dados disponíveis, cerca de 167.000 utentes continuam sem fornecimento de eletricidade. Centenas de famílias permanecem sem condições básicas de habitabilidade, sem água potável, com milhares de telhados destruídos, mesmo quando se perspetiva a continuidade da chuva e do mau tempo durante as próximas semanas. No mesmo sentido, empresas de grande dimensão viram as suas instalações destruídas e milhares de animais morreram em explorações pecuárias completamente devastadas.

Perante este cenário de calamidade pública, a resposta do Estado tem sido manifestamente insuficiente. De acordo com informação divulgada pela comunicação social, no dia seguinte à passagem da depressão Kristin, a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil solicitou ao Exército apenas um destacamento de engenharia composto por quatro militares e três viaturas. Até ao dia 31 de janeiro, apenas cerca de 240 militares se encontravam empenhados no terreno, distribuídos por cinco localidades: Ferreira do Zêzere, Marinha Grande, Vieira de Leiria, Tomar e Figueiró dos Vinhos.



Esta resposta é absolutamente incompreensível perante as necessidades prementes das populações e quando o próprio Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, General José Nunes da Fonseca, declarou publicamente, ao lado do Sr. Ministro da Defesa Nacional, que as Forças Armadas dispõem de capacidade para empenhar entre 2.000 e 3.000 militares no terreno. Para além disso, e segundo informação oficial do Exército, existem vários meios em prontidão que não foram solicitados, incluindo destacamentos de engenharia, módulos de energia, capacidade de alojamento para mil pessoas, equipas de limpeza e desobstrução, módulos de alimentação e equipas de motosserristas.

A discrepância entre os meios disponíveis e declarados pelo mais alto responsável militar português e a sua efetiva utilização no terreno é gritante e inaceitável. Enquanto o CEMGFA afirma publicamente a capacidade de mobilizar milhares de militares, apenas algumas centenas foram empenhadas, deixando populações inteiras abandonadas à sua sorte numa das maiores catástrofes naturais das últimas décadas.

Esta situação levanta uma questão fundamental: estamos perante incompetência na gestão da crise, perante falhas graves de coordenação entre entidades, ou perante uma inexplicável falta de vontade política em mobilizar os meios disponíveis? Qualquer uma destas hipóteses é inadmissível quando milhares de portugueses continuam em situação de desespero.

Importa sublinhar e deixar muito claro que, como aconteceu noutras ocasiões, os militares portugueses estão prontos, disponíveis e preparados para atuar. A responsabilidade recai exclusivamente sobre as decisões políticas que condicionam o seu empenhamento.

Face ao exposto, e considerando a gravidade da situação que continua a afetar milhares de cidadãos, a contradição evidente entre a capacidade declarada pelo CEMGFA e os meios efetivamente mobilizados, bem como a necessidade urgente de esclarecer as decisões políticas que conduziram a esta resposta manifestamente insuficiente, o Grupo Parlamentar do CHEGA vem requerer, ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis, a audição urgente do Sr. Ministro da Defesa Nacional.

Palácio de São Bento, 02 de fevereiro de 2026

Os Deputados do Grupo Parlamentar do CHEGA,

Pedro Pinto - Nuno Simões de Melo - Bernardo Pessanha - Sandra Ribeiro - Raul Melo